



MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL: O “AVESSO” DA HISTÓRIA

Vanderlay Santana Reina¹

RESUMO

Pretende-se estudar o fenômeno da greve, os movimentos operários na Bahia, os fragmentos da presença das mulheres trabalhadoras no movimento sindical. Busca, também, identificar como se deu o acesso das mulheres no Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia, de 1980 a 1990, no contexto da redemocratização no Brasil. Consideramos significativo registrar o processo de organização política, através da memória social de uma época vivida por gerações de trabalhadores/as. Utilizamos fontes bibliográficas, histórias de vida, memórias individuais e coletivas. A invisibilidade da mulher parece ser traduzida pela sociedade como distinções de gênero, sujeito submetido à subalternidade, negação de sua participação na luta de classe e neste estudo, na representação nos sindicatos.

Palavras-chave: Gerações. Gênero. Mulheres. Sindicalismo.

INTRODUÇÃO

Este estudo aponta o acesso das operárias nas lutas sindicais, em relação ao processo de inserção das mulheres aos sindicatos, precisamente, no Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia – SINERGIA – no período de 1980 a 1990. Especificamente, busco, através das várias pesquisas, estudos, fontes documentais, análises acadêmicas e narrativas, examinar os fenômenos das greves e dos movimentos operários populares na Bahia.

Para percorrer o caminho do processo social de inserção das mulheres na organização e participação política nos sindicatos, abordamos a conjuntura sócio-histórica do início do século XX com relação à classe trabalhadora, no Brasil. É no campo da nova história que vai se constituir a partir das mudanças no campo historiográfico, surgem novos contextos de pensar o sujeito da investigação científica, através de novas fontes, resultando na *Nouvelle Historie*. Em busca da raiz dos acontecimentos, das referências historiográficas e do histórico das greves

¹Mestre em Famílias na Sociedade ContemporâneaDoutoranda do Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG-NEIM, UFBA. vandecax@hotmail.com

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



deflagradas, percebemos o “avesso”, no que diz respeito à contribuição das mulheres no conjunto das lutas operárias. A conjuntura política do Brasil do século XIX para o século XX registra a transição das relações sociais do regime senhorial-escravista para as relações sociais de cunho capitalista. Este é um momento do crescimento do mercado de trabalho, caracterizado como urbano-capitalista, constituído pela mão de obra livre, pela mão de obra de imigrantes estrangeiros e de libertos. Essa transformação de ordem econômica estabeleceu um novo momento na estrutura social do Brasil, exigindo um novo ordenamento da sociedade, de controle social sobre os trabalhadores, de valorização de novas práticas sociais, agregadas à obrigatoriedade do trabalho e da instauração de um contingente de trabalhadores assalariados.

Os avanços da classe trabalhadora foram conseguidos num esforço de unidade de homens e mulheres, em relação ao processo de presentificação das mulheres nos sindicatos. As pautas de reivindicações se constituem em fonte relevante para desnovelar as pistas das contribuições de mulheres operárias na luta de classe e nas relações de gênero na produção industrial da história contemporânea.

A perspectiva é aprofundar como o ingresso das mulheres está associado à estrutura capitalista, funcionalista, patriarcal e sexista, justificada numa representação participativa, sob controle da legislação trabalhista impetrada pelo Estado burguês, a partir da Segunda República brasileira.

1 ONDE COMEÇA A HISTÓRIA DE MULHERES NAS LUTAS SINDICAIS?

Registros tem apontado a presença das mulheres têxteis desde as greves de 1907² impondo a inclusão, na pauta de reivindicações, de demandas prioritárias para as trabalhadoras, como o aumento dos salários, melhores condições de trabalho, melhor tratamento nas relações de trabalho, redução das horas de trabalho de 13 horas para 8 horas e proibição do trabalho infantil.

² São Paulo – Jundiáí.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



A distinção entre homens e mulheres na divisão social do trabalho, como teoria e problemática da pesquisa na sociologia, emerge, nos anos 70, da lógica da divisão social do trabalho, da ideia de relações opostas entre os sexos, quando se questiona o antagonismo entre trabalho e emprego. No Brasil, a repartição sexual do trabalho entre os sexos foi tratada nos estudos de Elizabeth Souza Lobo (1991), *A classe operária tem dois sexos*, ao observar que sua distinção se fez primeiro na produção, na estrutura atinente à divisão sexual do trabalho.

A classe operária, no Brasil e no mundo, foi olhada amiúde de modo homogêneo, sem considerar a distinção de gênero, raça/etnia e menos de geração. Associadas biologicamente à reprodução privada, as mulheres representam a categoria de trabalho reprodutiva, que se caracteriza pela separação social do trabalho. O homem, sempre mais valorado, ao executar as mesmas tarefas laborais, muitas vezes auferiu maiores salários. Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2003), *A divisão sexual do trabalho revisitada*, na hierarquia da divisão social do trabalho, os homens são prioritários na produção, onde a mão de obra masculina é mais valorizada que o trabalho da mulher. A repartição do trabalho, nas tarefas repetitivas, fragmentadas, monótonas em linhas de produção, de montagem, é primazia das mulheres.

Consideramos instigante repensar o modo de escrever a história das mulheres na perspectiva interdisciplinar, a partir do campo da nova história e das ciências humanas. Significativo refletir o contexto geracional. Mannheim (1928), define gerações como uma corrente histórica da construção social, sendo a geração, uma espécie de força social, o qual grupo de indivíduos com idades próximas vivenciam acontecimentos sociais, desenvolvendo perspectivas ou posicionamentos parecidos a determinados contextos históricos. Para o autor, a proximidade de idade e a participação do mesmo contexto social não é o suficiente para se estabelecer visões de mundo similares, é preciso ter uma conexão geracional e uma participação coletiva e concreta entre os indivíduos para que se construa um vínculo geracional após refletirem sobre a vivência em relação aos mesmos acontecimentos.



Assim, participando de momentos sociais similares em uma mesma conexão geracional existem unidades geracionais distintas que correspondem a visões de mundo diferentes em reação ao mesmo acontecimento (MANNHEIM, 1928).

A história das mulheres vai além da perspectiva de um sujeito subalterno. Elas são consideradas os sujeitos invisíveis, isto porque dentro do subalterno as mulheres são mais invisíveis na história e também na ciência em relação aos homens (SCOTT, 1992; PERROT, 1994).

Para escrever a história das mulheres, partimos de uma perspectiva teórico feminista, permite elucidar o entendimento via estudiosos que trabalham nas diversas disciplinas de gênero. Assim, nos afiliamos a Rago (1998) quando a autora identifica várias questões relacionadas às origens de opressão, da desvalorização das mulheres ou à natureza intercultural da família e seu papel na vida social.

Perrot (1994) afirma que a relação da mulher com o “poder” está inserida num jogo de palavras, num discurso. Talvez, o mais questionável, no singular, seja a conotação política, como denotação da figura central do Estado, sempre vista como masculina. O poder se fragmenta em estilhaços, fragmentos, o equivalente às influências em que a mulher mete cunha, obtendo seu quinhão, seu espaço de autonomia, mesmo que restrito ao espaço privado, doméstico. Para Perrot, então, a mulher não tem poder no singular, seriam “poderes”. Considera-se pertinente elucidar as estratégias das mulheres para terem acesso a participação política através das lutas sindicais. A História Social é significativa para mostrar como funcionam as normas, as representações e as regras que promovem conflitos, resistências e ações, principalmente pelo fato de as mulheres não serem, tradicionalmente, espaço nos partidos políticos, lugar de dominação masculina e de estreita articulação institucional política. Nesse contexto, a quem interessa preservar e manter o poder e os poderes relativos à ação das mulheres como fragmentos, como micropoderes, como não poderes?

Na perspectiva de Gerda Lerner (1986), a história foi constituída e realizada pelos homens e mulheres, desse modo, ela faz rejeição às ideias simplistas e aos



mitos do matriarcado primitivo. Para Lerner (1986), o fenômeno do patriarcado³ está associado ao surgimento da escravidão, da divisão da sociedade de classes e consolidação do poder do Estado. Ela menciona, ainda, que a escravidão de mulheres combina racismo e sexismo precursores da formação e da opressão de classe.

O esforço dos estudos sobre as mulheres tem sido um desafio, para tirá-las do “gueto”, isto é, evidenciar que a organização da luta operária não foi conduzida apenas pelos homens, ao contrário, elas estiveram sempre presentes, apesar dos vazios e das poucas fontes documentais e bibliográficas. Offen (2009) e outras historiadoras mostram que o segmento dos estudos das mulheres e de relações de gênero apareceu como uma forma de inserir o sujeito social mulheres na sociedade, que até então aparecia subalterno, oculto, esquecido pela historiografia e pelas ciências sociais.

Maria Miés (1988) considera significativa, como ponto de partida, a vida real, a experiência pessoal de uma mulher, para analisar as dimensões subjetivas e suas implicações sociais. Lembra que o desafio de partir da experiência pessoal de uma mulher surge devido a sua realidade de vida, sua história, sua luta, seus sonhos.

A entrada da mulher no mercado formal, a questão da pílula, da liberdade sexual, são elementos historicamente difíceis de definir como marcos e separar essa história (SANDOICA, 2004). A autora chama a atenção para a crítica de Scott (1992) a Perrot e como esse marco é muito rígido na história tradicional, e a análise da história das mulheres é muito demarcada. Scott propõe que se separe a história das mulheres dos escritos do passado, ao explicar que a conexão história e política, explica a origem do movimento feminista, na década de 60, relação considerada por ela como complexa.

Que questões podem ser discutidas a partir dessas análises? De que forma a história do movimento sindical foi escrita? Essas indagações acentuam-se na

³O patriarcado como institucionalização é uma criação histórica do domínio masculino sobre as mulheres na família e sua extensão na sociedade.



ontogênese do sindicato de 1919, seus possíveis desdobramentos – o sindicato perseguido e fechado na Segunda República, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétricas do Estado da Bahia – STIEHTEEB e a própria história do Sindicato dos Eletricitários da Bahia – SINERGIA.

Inicialmente, a história do movimento sindical foi escrita pelas próprias instituições, isto é, registrada pelas lideranças do movimento sindical, no sentido de reafirmar e legitimar suas correntes ideológicas, reformistas, anarquistas e comunistas, majoritárias na condução do movimento. Evidente, a história das mulheres padeceu do androcentrismo⁴, do sexismo e de grupos ideológicos, verdadeiros “feudos” do domínio sindical no Brasil, não tão diferente de hoje.

As investidas da repressão policial contra as organizações sindicais, a apreensão e/ou destruição de registros, explica a insuficiência de fontes documentais referentes aos sindicatos no passado, bloqueando a visualização da presença feminina na vida sindical, dificultando a reconstrução da trajetória do sindicalismo brasileiro (SARDEMBERG; REIS; FERREIRA; BOMFIM, 2001).

A história, narrada do ponto de vista do projeto moderno, seria a razão para essa invisibilidade das mulheres. A dificuldade maior de desembuchar esse avesso da história das mulheres advém da problemática de gênero, do modelo de ciência que recorta as pesquisas sobre o operariado brasileiro. Trata-se do androcentrismo das ciências sociais e humanas, cogitado apenas como um conjunto coletivo representado pelo homem como sujeito universal – “[...] como se todos os operários fossem homens, brancos, adultos, e expostos de igual forma aos determinantes estruturais” (SARDEMBERG; REIS; FERREIRA; BOMFIM, 2001, p.135).

A narrativa da história da participação de mulheres nas lutas sindicais está apenas no começo, tem incorporado à diversidade de saberes, a concepção política de poder, de classe social, de gênero, de sexo e menos de gerações. Poucos

⁴Androcentrismo é um ponto de vista, a realidade, o que coloca o homem em uma localização privilegiada. Do ponto de vista androcêntrico, as importantes conquistas da humanidade são o único trabalho de homens.

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



estudos têm abordado mulheres assim sob o enfoque de raça/etnia, as mulheres negras permanecem no avesso da história do nosso país.

As mulheres têxteis e metalúrgicas estão mais bem representadas nos estudos (SAMPAIO, 1982; CASTELLUCCI, 2001; SARDENBERG; REIS; FERREIRA; BOMFIM, 2001; COSTA, 2004). No entanto, as narrativas insistem em não evidenciar a participação das mulheres, confirmando uma tendência oficial em querer confiná-la, filtrá-la na aparência. Há um propósito de apagar ou de negar sua particularidade, sua realidade (ANA MONTENEGRO, 1985).

Marx, ao tratar do método, não focou só o abstrato, mas enfatizou sobre como conhecer um objeto real e determinado na análise concreta de uma situação concreta e real. Ademais, a visão particularista de um mundo unitário, negando o pluralismo, o mundo como algo acabado e concreto, mas como um elenco de processos (MARX-ENGELS, 1963, v.3, p.195). Desse modo, adiro a diversos autores quando afirmam que muito ainda precisa ser aprofundado sobre a história das mulheres, no meu olhar, a sua trajetória no movimento sindical.

Nessa perspectiva do método, Marx-Engels (1963) nos instiga a aprofundar as pistas apontadas nos registros documentais históricos da conjuntura social e econômica da época, já que sustentavam que “[...] a produção e a reprodução da vida real apenas em última instância determinavam a história” (NETTO, 2011, p.14).

Esse impulso na economia propiciou o aquecimento do mercado nacional, principalmente das indústrias têxteis, acompanhada da formação de um contingente de operários ligados à indústria fabril (CASTELLUCCI, 2001).

As mulheres, desde o início, foram alocadas nos vários ramos da produção industrial brasileira: metalúrgica, têxteis, no comércio, nos serviços. Elas atuavam na manufatura de charutos, cigarros, fumos, fósforos, velas e sabão. As mulheres foram, restritas como trabalhadoras dos setores têxtil e fabril. Integrantes da produção foram discriminadas, vítimas de exploração – gênero, de classe e de raça –, sujeitas às condições precárias de trabalho, de desigualdades salariais, em relação aos homens, contudo pagas como complementação da renda familiar, juntamente com o trabalho infantil. O salário das mulheres nesta conjuntura eram

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE

Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:

Desafios no Campo da Militância e das Práticas



baixos, correspondentes a atividade de menor prestígio, valor e aquelas descartadas pelos homens como “tarefas de mulheres”.

Os registros apontam para o fato de que, a partir de 1903, na deflagração dos primeiros movimentos paredistas na Bahia, alguns desses movimentos grevistas contaram com a participação das mulheres, foram, de certo modo, esparsos, pequenas mobilizações, porém mais efetivas nas indústrias têxteis. Inicialmente, o movimento ocorreu no Rio de Janeiro, abrangendo ramos de produção e/ou atividades, com a luta pela jornada de 8 horas (CASTELLUCCI, 2001).

No final do século XIX, eclodiu um movimento nas cinco fábricas têxteis, em Salvador, do grupo Companhia União Fabril da Bahia, durante cinco dias, em protesto pelo sistema de assalariamento por peça. Isso significou que o critério de venda da força de trabalho pelo/a trabalhador/a ao capitalista adotava o sistema equivalente ao número de peças produzidas, como valor do salário.

O/a trabalhador/a, para Marx, coloca sua força de trabalho no mercado, recebendo em troca um valor equivalente ao número de peças produzidas, determinadas pelo capitalista. Em decorrência dessa forma de apropriação da mais valia cujo salário não cobria as necessidades imediatas dos/das operários/as, mesmo que o salário fosse elevado, esse valor não aumenta decorrente da forma de pagamento por peça. O salário por peça se constitui em uma modalidade salarial que individualiza cada trabalhador. Marx demonstrou uma modalidade diferente para cada trabalhador/a, principalmente neste segmento têxtil, na medida em que as peças justificam a flutuação do salário.

Com a recorrência dessa modalidade de pagamento por peça eclode a primeira greve dos trabalhadores em Salvador, em 1919, expandindo-se inclusive até as fábricas do subúrbio ferroviário. Anteriormente, em maio de 1907, já havia ocorrido um movimento grevista, por melhores salários na Fábrica São Bento em Jundiaí, São Paulo, cuja mão de obra era composta na sua maioria por mulheres – têxteis e costureiras – que reivindicavam melhores salários, jornada de oito horas de trabalho, ao invés de 13 horas. Essa “bandeira” das/dos têxteis tinha sido uma decisão do Congresso dos Trabalhadores em 1906. Esses movimentos balizam o

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



modo de organização operárias, já promovendo congressos e deliberando por ações políticas coletivas, relativas à jornada de trabalho (ALDRIN CASTELLUCCI, 2001).

Após a greve geral de 1919, vitoriosa do ponto de vista organizativo. Para os empregados da Companhia Linha Circular de Bondes, Luz Força Elétrica, foi vista como relevante, pois 50 trabalhadores, entre condutores, motomeiros e fiscais das companhias de bondes e usinas de geração e distribuição de energia elétrica, que tomaram a iniciativa de fundar o sindicato de resistência de sua categoria, a Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica⁵.

As professoras também participaram da greve municipal dos professores, conforme Costa (2001), deflagrada em 1917. Em 1928, as mulheres criam uma das primeiras associações de mulheres trabalhadoras SARDENBERG e COLS. (2001, P.135): “O Comitê de Mulheres Trabalhadoras, uma das primeiras associações, integrante do Bloco Operário e Camponês, organização político-partidária operária ligada ao Partido Comunista do Brasil – PCB), convocando as mulheres trabalhadoras a participar da organização e na luta política”. A classe trabalhadora de Salvador já constituía também, um contingente feminino, acima de tudo negra. Mulheres eram consideradas, híbridas, egressas da escravidão. São também trabalhadores/as manuais da construção civil, trabalhadores de pequenas oficinas, manufaturas, com pouca mecanização. Muitos/as deles/as possuíam instrumentos individuais de trabalhos, que lhes conferiam o *status* de artífices, artesãos, dotados de prestígio e consideração.

Gênero e Sindicatos: histórias de lutas

As mulheres sempre foram atuantes e aguerridas no conjunto do movimento dos trabalhadores, desde as greves gerais deflagradas no Estado da Bahia no

⁵Estatutos da Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz Força Elétrica. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 1º fev. 1920. A primeira fonte indica a fundação dessa sociedade no dia 6, mas os estatutos foram registrados e publicados com a data de 11 de junho de 1919. A informação foi encontrada nos jornais *O Tempo*, *O Imparcial* e *Diário de Notícias*, de 5 de junho de 1919, APEB – Seção Republicana (CASTELLUCCI, 2001).

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



século XX. Essas greves, nesse contexto histórico, registradas por Aldrin Armstrong Silva Castellucci (2001), em *Salvador dos operários: uma história dos operários da greve geral de 1919 na Bahia*, espelham a conjuntura político-social do movimento operário, no Brasil. Assim, eles/elas reivindicam, no início do movimento, melhores condições de trabalho e salário. As pautas de reivindicações já citadas oferecem conteúdos importantes e elucidativos do pensamento, da ação e das perspectivas da classe operária. O item isonomia salarial entre homens e mulheres demonstrava como ocorria a divisão sexual do trabalho, as diferenças do valor da jornada de trabalho entre homens e mulheres, mesmo estes/estas realizam atribuições correlatas.

A relevância desse movimento operário de 1919, para o este estudo, está vinculada a dois episódios elucidativos da trajetória histórica do Sindicato dos eletricitários da Bahia – SINERGIA. A presença de um grupo de mulheres operárias das fábricas têxteis participando da “comissão de greve”, negociando com os demais trabalhadores de diversos segmentos – metalúrgicos, carris, telefones, energia –, denunciando as precárias condições de trabalho nas fábricas e propondo novas pautas de reivindicações. Em segundo lugar, o comparecimento no conjunto do segmento dos trabalhadores de energia elétrica, culminando na organização de um sindicato, no período de pós-greve, o que nos oferece pistas, evidências, dos vínculos históricos da trajetória deste sindicato com o atual Sindicato dos Eletricitários do Estado da Bahia – SINERGIA.

No início dos anos 1930, no contexto das obrigações da legislação do Estado Novo, na ditadura Vargas, os trabalhadores vinculados às Companhias Linhas Circular e de Energia Elétrica da Bahia reuniram-se e começaram a discutir a organização de um sindicato. A história da criação desse Sindicato está registrada, no *site* do SINERGIA, como se fosse uma história do imaginário popular:

Tudo começou no Barracão das Hortas, localizado na Barroquinha, com 130 empregados e operários das Companhias de Energia da Bahia e Linha



Circular de Carris da Bahia, em 3 de fevereiro de 1932, quando os trabalhadores reuniram-se para discutir a fundação de um sindicato.⁶

Independente de terem voltado ao trabalho no dia 7, o dia anterior fora particularmente proveitoso do ponto de vista organizativo, para os empregados da última empresa citada. Como já afirmado, cerca de 50 trabalhadores das companhias de bondes e usinas de geração e distribuição de energia elétrica, que, até então, se encontravam sem organização, tiveram a iniciativa de fundar o sindicato de resistência de sua categoria, a Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica. No *site* atual do SINERGIA, em 2013, aparece uma linha do tempo da possível versão dos fatos históricos, não confirmados nos estudos históricos, inclusive omitindo-se o período de 1987 a 1990.

No contexto de repressão do Estado Novo, surgiu, em 1942, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétricas do Estado da Bahia – STIEHTEEB, criado para atender à lei, atrelado ao Estado, controlado pelo governo e pelas empresas.

Em *Movimentos Sociais na Bahia, anos 1930: condições de vida do operariado*, Consuelo Novais Sampaio (1982), traz questões relevantes sobre a atuação sindical em 4 de outubro de 1930. A autora registra as greves ocorridas aqui na Bahia deflagradas pelos trabalhadores da Rede Ferroviária Leste Brasileiro e da Companhia Linha Circular e Energia Elétrica da Bahia, as quais inseriram, nas pautas de suas reivindicações, conteúdos semelhantes aos das greves de 1919.

No Estado Novo, ainda em 1937, segundo Sampaio (1982), a ditadura Vargas, legislando sobre todos os setores da sociedade, restringiu a liberdade de organização de todos os sindicatos do País. Os sindicatos foram perseguidos, tiveram seus arquivos destruídos e, nesse contexto, evidencia-se a inclusão da Associação, fundada em 1919, na Bahia.

⁶ O Sindicato dos Operários e Empregados das Companhias de Linhas Circular e Energia da Bahia, hoje SINERGIA – Sindicato dos Eletricitários da Bahia – incorpora à sua base os operários dos serviços de telefonia, em 1937. Os trabalhadores em Energia Elétrica, em Metalurgia e Mecânica, em Telefonia e Condução de Veículos eram filiados ao único Sindicato, na época, que liderou greves, defendendo o direito de livre organização dos trabalhadores.

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Depois de 15 anos com a categoria eletricitária sem comando sindical, foi fundado o STIEHTEEB, hoje SINERGIA – Sindicato dos Eletricitários da Bahia –, nascido por força de lei e sob a tutela do Estado e do controle dos patrões, sujeito ao fenômeno do “peleguismo”, e que pouco poderia fazer pela classe trabalhadora. Foram quarenta anos de luta e resistência, na tentativa de desarticular essa estrutura sindical. A igualdade entre trabalhadores/as no Brasil foi somente conquistada em 1934, porém se consolidou com a Constituição Federal de 1988, conforme Marco Aurélio de Santana (2008), em decorrência do movimento de luta das mulheres, das feministas. Nessa conjuntura de repressão, a estrutura sindical na base e na direção foi duramente atingida, dissolvendo a organização dos/das trabalhadores/as brasileiros/as, atingida pelo golpe civil militar de 1964, justificando o impedimento da instalação de uma “República Sindicalista” (SANTANA, 2008). Esse cenário de repressão mudou, gradativamente, passando por transformações, na década de 1970, impulsionando a luta dos trabalhadores, mudando a face do País e desse sindicato. É nessa conjuntura de repressão do regime militar que os trabalhadores decidiram pelo enfrentamento das direções dos sindicatos, organizando as “oposições sindicais”, forma utilizada pelos/as trabalhadores/as para a retomada da ação sindical de representação legítima dos trabalhadores, conforme Santana (2008).

Na década de 1980, o movimento pela abertura política no Brasil contribuiu para a retomada dos movimentos sociais, possibilitando a participação de várias gerações do movimento das esquerdas, do movimento operário, do movimento estudantil, conseqüente da participação também das mulheres. O feminismo já articulava a bandeira de luta “o pessoal é político” desconstruindo o público/privado como herança do pensamento liberal no que diz respeito “às especificidades da política e do poder político” (COSTA, 2005, p.10).

Nesse clima, as mulheres também já participavam dos eventos articulados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, aberta aos cientistas, estudantes, profissionais, amigos da ciência, pessoas com vários



interesses, relevantes na conjuntura dessa década, como fórum de debate e de democracia, de crítica ao regime.

As fotos da época registram a relação da direção do STIEHTEEB com o governo de Luiz Viana Filho, na década de 1960. Em plena ditadura militar, este governador esteve presente na inauguração da sede do SINERGIA, na Sete Portas, em 1967, juntamente com as autoridades representativas do governo. Um novo período retratou o rompimento com essa história anterior de atrelamento ao Estado. Em 1981, a oposição sindical, depois de várias tentativas, conseguiu quebrar o vínculo ideológico com as direções das empresas. A composição da nova direção do sindicato passou a retratar a realidade política da época⁷. É nessa conjuntura que as mulheres passam a revelar-se, sendo vistas nos piquetes, nas assembleias e nas passeatas.

Durante a greve dos trabalhadores da CHESF em 1982, conduzida pelo SINERGIA, o jornalista Otto Filgueiras, na sua obra intitulada *CHESF em Alta Tensão: a greve proibida* (1983), faz um narrativa sobre a repressão empreitada pelo regime militar aos trabalhadores da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, precisamente os da Usina de Paulo Afonso, invadindo a sede do sindicato, violentando os trabalhadores e seus familiares – mulheres, velhos e crianças⁸. Na sua narrativa, o autor aponta a presença de apenas uma mulher deslocada do sindicato-base CHESF/Recife para apoiar a direção do sindicato em Paulo Afonso, diante de todo o aparato de guerra montado, para reprimir a organização e as reivindicações dos trabalhadores.

O sindicato, na década de 1980, funcionava como uma rede social, agindo de modo integrado com os sindicatos de base da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e do campo eletricitário no Nordeste. Além disso, a localização do sindicato, no

⁷ Vários dos seus dirigentes eram militantes dos partidos de esquerda (PT, PDT, PC do B, PCB, PMDB) – conforme narrativa de uma das entrevistadas, delegada sindical do período 1987/1990, – trabalhadores mais representativos dos setores da área operacional

⁸ Essa obra se constitui em uma narrativa significativa, por trazer fatos relacionados ao “sincretismo religioso sindical”, com a presença do Cardeal Arcebispo da Bahia, na participação em uma assembleia na Igreja de São Francisco, em Paulo Afonso, com o propósito de ser interlocutor na negociação do final da greve de 1982.

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



centro de Salvador – Sete Portas – favorecia e ainda favorece a realização de assembleias de diversas categorias com menos poder de organização e de recursos, promovendo a solidariedade de classe, com os demais os sindicatos.

Outro aspecto, o da reciprocidade sindical, ocorre com os sindicatos locais, apoiando os grupos de oposição sindical, no campo da CUT, com auditório, gráfica, empréstimo financeiro nas greves e paralisações. Durante as greves, havia certa flexibilização, existindo uma abertura para os partidos ditos progressistas, inclusive para as lideranças, feministas e parlamentares⁹. O boletim da CUT sobre Resoluções do 6º Congresso Nacional expressa:

A partir da criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora/CUT, em 1986, e culminando com a implementação de cotas em 1994, a Central tornou-se a mais importante referência de organização das mulheres da América Latina. No entanto, as resoluções de plenárias e congressos, aprovadas com intuito de minimizar os problemas sentidos por esta importante parcela da classe trabalhadora, não têm sido colocadas em prática. (CUT, 1997, p.125).

A forma hierarquizada das diretorias merece críticas como modelo anacrônico, veste uma relação de subordinação. Essa estrutura funcional é alvo de censuras à posição desses lugares de representação, na revalorização do papel político. Abre-se, o debate sobre o sentido da representação e da legitimidade da prática sindical. O SINERGIA sinaliza para novas formas de pensar gênero e as mulheres, como se pode verificar, diferente do registro de memórias do passado, ajustando o seu discursos à realidade de um novo olhar sobre as trabalhadoras, divulgado no *Alarme*, de 2013, em comemoração ao Dia da Mulher: “Nós do Sinergia defendemos as principais bandeiras femininas, entre elas: salário igual para trabalho igual; participação política e poder paritário[...].Entender a classe trabalhadora significa compreender o processo de feminização do trabalho, que absorve mais de 40 ou 50% da força de trabalho escolhida pelo capital no universo do trabalho precarizado e sem proteção social (ANTUNES, 2011).A realidade permanece quase inalterada, as mulheres no passado pouco ocuparam posições na estrutura de poder. A partir

⁹ As deputadas Lídice da Mata, Amábíla Almeida, Bete Wagner, Loretta Valadares, Ana Montenegro, entre outras.



de 1996, mesmo com o sistema de cotas, aprovado no Congresso da CUT, reconhecendo a participação política e o poder paritário, verifica-se a diminuta participação das mulheres na condição de dirigente sindical.

Apresentamos, a constituição das representações de gênero, durante o período 1978 a 1993, especificando como o poder foi conquistado entre homens e mulheres. Do contingente de 63 dirigentes, 57 são homens e 6 mulheres, e, nos cargos de maior poder, apenas uma em 1987, na vice-presidência, e uma na diretoria em 1978.

Quadro 1 – Representações sindicais de gênero na diretoria do Sinergia – 1978-1993

Mandatos	Presidente (1)	Vice (1)	Diretoria (5)	Conselho Fiscal (3)	Representação Federação/CUT
1978- 1981	Homem	Homem	4 Homens 1 Mulher	3 Homens	2 Homens
1981- 1984*	Homem	Homem	5 Homens	3 Homens	2 Homens
1984- 1987	Homem	Homem	5 Homem	3 Homens	2 Homens
1987- 1990	Homem	Mulher	5 Homens	3 Homens	1 Mulher/1 Homem
1990- 1993	Homem	Homem	5 Homens	1 Homem, 2 Mulheres	1 Mulher/1 Homem

*Uma mulher como suplente na diretoria 1982.

Criado o Comando Nacional dos Eletricitários, na década de 1980, no propósito de convergir em um só bloco o conjunto das empresas estaduais, e federais, distribuidoras, e de transmissão de energia, como tática de não pulverização das pautas de reivindicações. Esse comando aglutinava a maioria dos sindicatos do campo elétrico no Brasil, constituindo um bloco de força política, de pressão e de negociação. Neste comando de 1987 a 1990, registra-se a representação apenas de uma trabalhadora, do SINERGIA, Bahia.

Considerações Finais



A partir dos estudos feministas, das lutas emancipatórias, brotam as transformações no mundo da ciência, isto é, a crítica à visão de um homem universal, heterossexual, branco e hegemônico no topo do poder político constituiu paradigma de rupturas com os princípios excludentes da ciência, beneficiando a visibilidade das mulheres. Com o advento dos estudos feministas, incorporando no seu conjunto as experiências de classe, raça, geração, localização, entre diversos fatores que justificam suas diferenças, o conceito de gênero foi sendo construído e ampliado, com novas alterações históricas, concepções acadêmicas e o reconhecimento de um sujeito localizado.

A história social, sobre a história das mulheres, abriu possibilidades de abertura para um novo campo, que permitiu emergir “o avesso” da história, o outro lado que não tinha sido devidamente reconhecido. O estudo do acesso das mulheres nos sindicatos poderá contribuir no presente, aliado com a experiência do passado, a transpor obstáculos permanentes, associados a diversos marcadores sociais, como gênero, raça, sexo, classe social, geração e localização.

Michele Perrot (1995) alega que, no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues, isto é menos visíveis. Concentrando-se na memória sindical dos grupos nos quais as mulheres estiveram poucos presentes, especificamente em caso de liderança, quando não excluídas do sindicato. A memória do operariado brasileiro tem sido ainda escrita mais do lado masculino.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?:Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Salvador dos operários: uma história dos operários da greve geral de 1919 na Bahia*. Salvador: UFBA, 2001.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). *Resoluções do 6º Congresso Nacional*. São Paulo, 1997.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil .Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem.2005.



COSTA, Ana Alice Alcântara; CONCEIÇÃO, Héliida. As mulheres na “Revolta dos Resignados”: A greve dos professores municipais de 1918. In: SARDEMBERG, Cecília M.B.; VANIN, Iole Macedo; ARAS, Lina Maria Brandão de (Org.). *Fazendo gênero na historiografia bahiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001. p.119-131.

FILGUEIRAS, Otto. *CHESF em alta tensão: a greve proibida*. Edição independente Salvador, 1983. [edição do autor?]

HIRATA, H; KERGOAT, Daniele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). *As novas fronteiras das desigualdades: homens e mulheres nomercado de trabalho*. São Paulo:Ed. SENAC: Boitempo, 2003.

LERNER, Gerda.El OrigendelPatriarcado.. Barcelona,Ed. Crítica. 1990. P.310-330.
MARX, K; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. 3v.

MIÉS, María. ¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? In: BARTRA, F. *Debates en torno a una metodología feminista*. México (D.F): Universidad Autónoma Metropolitana, 1998. p.63-102.

MONTENEGRO, Ana. *Mulheres: participação nas lutas populares*. Salvador: M&S, 1985.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.p.9-51.]

OFFEN, Karen. Historia de las Mujeres. La Aljaba, segunda época. *Revista de Estudios de la Mujer*, Luján, Universidad Nacional de la Pampa, v.13, n.98, p.15-33, 2009.

PERROT, Michele. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, n.4, p.9-28, 1995.

RAGO, Margarete. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Org.). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p.21-41.

SAMPAIO, Consuelo Novaes. *Movimentos Sociais na Bahia, anos 1930: Condições de vida do operariado*. Salvador: UNIVERSITAS, v. 76, n.29, 1982. p. 95-108.

SANDOICA. Elena Hernandez. Historia de las mujeres como historia social. In: VALDIVIESO, P. et al. (Org.). *La historia de las mujeres: una revisión historiográfica*. Vallodolid, Chile: Universidad de Vallodolid, 2004. p.29-55.

18º REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



SANTANA, Marco Aurélio de. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Revista Política e Sociedade*. Capa v. 7, Nº13, outubro de 2008. Florianópolis. p.279-309.

SARDENBERG, Cecília; REIS, Helyon; FERREIRA, Francisneide; BOMFIM, Tatiane. Mulheres e sindicatos: presença feminina no SINDTÊXTIL-BAHIA nos anos 50. In: SARDENBERG, Cecília; VANIN, Iole Macedo; ARAS, Lina M^a Brandão de (Org). *Fazendo gênero na historiografia baiana*. Salvador: NEIMUFBA, 2001. p.00-00.

SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p.63-95.

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DA BAHIA (SINERGIA). *Alarme*: informativo, Salvador, p.1, 8 mar. 2013. *Alarme*, Salvador, Sinergia, p.00-00, 8 mar.2013

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.